

Ofício: 368/2025.

**Cunha, 28 de novembro 2025.**

Ao Exmo. Sr. Vereador

**Ademir Sanches,**

DD Presidente da Câmara Municipal de Cunha.

**Assunto: Encaminha ao Legislativo Projeto de Lei que recria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e dá outras providências.**

Senhor Presidente Ademir Sanches,

Temos a honra de encaminhar a essa Egrégia Câmara Municipal, nos termos do art. 69, inciso XI, da Lei Orgânica deste Município, o incluso Projeto de Lei que recria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e dá outras providências.

Entendendo ser de interesse para o Município a tramitação e aprovação.

Na oportunidade, reitero meus votos de consideração e apreço a essa Casa de Leis.

Atenciosamente,

**RODRIGO SÉRGIO DO NASCIMENTO**

Prefeito Municipal



PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_ DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.

**RECRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA MULHER E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**RODRIGO SÉRGIO DO NASCIMENTO**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CUNHA, no uso de suas atribuições legais, elabora e submete ao plenário, para discussão e deliberação, o presente projeto de lei:

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º.** Recria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Cunha – CMDM, nos termos desta Lei, com o objetivo de fortalecer sua atuação institucional, garantir a paridade entre o poder público e a sociedade civil, assegurar sua autonomia funcional, deliberativa e financeira, e promover a efetiva implementação das políticas públicas municipais voltadas à promoção da igualdade de gênero, raça e etnia, e ao combate de todas as formas de discriminação contra a mulher.

**Art. 2º.** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM é órgão colegiado, permanente, paritário, de natureza deliberativa, consultiva, propositiva, fiscalizadora e autônoma, com a finalidade de acompanhar, avaliar, monitorar e propor políticas públicas municipais dirigidas às mulheres, bem como formular diretrizes para a promoção da igualdade de gênero, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero e geração, e combater toda e qualquer forma de discriminação e violência contra a mulher.

**§ 1º.** O CMDM possui autonomia funcional, deliberativa e financeira,



assegurada a independência de suas decisões, observado o disposto nesta Lei.

**§ 2º.** O CMDM está vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Promoção Social, mantendo, contudo, articulação intersetorial com as demais Secretarias Municipais e órgãos públicos para a efetiva implementação das políticas para as mulheres.

## **CAPÍTULO II**

### **DA COMPETÊNCIA**

**Art. 3º.** Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Cunha:

I – Elaborar seu Regimento Interno, com o objetivo de orientar seu funcionamento;

II – Monitorar, no âmbito do Município, o cumprimento das Leis Federais, Estaduais e Municipais que atendam aos interesses das mulheres;

III – Formular diretrizes e promover políticas para a ação governamental visando à igualdade de gênero em todos os níveis da administração pública municipal direta e indireta;

IV – Participar da elaboração do Plano Municipal de Políticas Públicas de Direitos da Mulher indicando as conclusões das Conferências Municipal/Estadual/Nacional, e buscando a convergência com os Planos e Programas contemplados no orçamento público;

V – Indicar e aprovar critérios e parâmetros para a avaliação e monitoramento das ações e políticas públicas com a perspectiva do gênero, assegurando assim a defesa e ampliação dos direitos da mulher;

VI – Estimular e promover estudos, debates, programas, projetos e pesquisas sobre a realidade da mulher, em parceria com órgãos governamentais e não governamentais, contribuindo na elaboração de propostas de políticas públicas que visem à eliminação de todas as formas de preconceitos e discriminações da mulher



em todos os níveis e setores da atividade municipal;

VII – Organizar, coordenar e realizar a Conferência Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, em parceria com o Executivo Municipal;

VIII – Auxiliar e acompanhar os órgãos e entidades da Administração, no que se refere ao planejamento e execução de programas e ações referentes aos direitos das mulheres;

IX – Propor e deliberar sobre os critérios de definição e aplicação dos recursos destinados às políticas para mulheres;

X – Estabelecer e manter canais de relação com os movimentos de gênero, apoiando o desenvolvimento das atividades dos grupos autônomos;

XI – Promover a articulação e debates com outros conselhos municipais sobre a política municipal voltada à promoção dos direitos das mulheres e a igualdade de gênero visando que as questões referentes a estas relações sejam incorporadas em todas as áreas e políticas públicas;

XII – Realizar campanhas educativas de combate e conscientização sobre a violência contra a mulher, e estimular a criação de serviços de apoio às mulheres vítimas de violência;

XIII – Monitorar os projetos, programas, serviços, planos e ações que compõem a política pública municipal de atendimento às mulheres;

XIV – Prestar assessoria ao Poder Executivo, acompanhando a elaboração das políticas públicas, programas e ações dirigidas às mulheres especialmente nas áreas de:

- a) Atenção integral à saúde da mulher;
- b) Assistência social;
- c) Prevenção à violência contra a mulher;
- d) Educação;
- e) Trabalho;
- f) Lazer e cultura;



XV – Acompanhar, opinar, sugerir e deliberar sobre projetos de leis municipais que visem assegurar ou ampliar os direitos das mulheres;

### **CAPÍTULO III**

#### **DA CONSTITUIÇÃO E DA COMPOSIÇÃO**

**Art. 4º.** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será composto por 12 (doze) membros titulares, e respectivas suplentes, respeitada a paridade entre o Poder Público Municipal e a Sociedade Civil Organizada, através das seguintes representações:

I – 06 representantes do Poder Público, indicados pelo Prefeito Municipal:

- a) 01 representante da Secretaria de Promoção Social;
- b) 01 representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- c) 01 representante da Secretaria Municipal de Educação;
- d) 01 representante da Secretaria de Turismo e Cultura;
- e) 01 representante da Polícia Civil;
- f) 01 representante da Câmara Municipal de Vereadores.

II – 06 representantes da Sociedade Civil Organizada, indicadas pelas respectivas entidades e organizações:

- a) 01 representante, advogado(a), indicado(a) pela OAB;
- b) 03 representantes de associação/grupo/coletivo de mulheres do Município, com organização formal com atuação no município;
- c) 01 representante de associação/grupo/coletivo de mulheres do Município, com organização formal com atuação na área rural do município;
- d) 01 representante da Santa Casa de Misericórdia de Cunha;

**§ 1º.** Cada Membro titular do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher terá



um Suplente, da mesma entidade/organização da sociedade civil e/ou de órgão de governo, que substituirá seu titular em eventuais afastamentos, impedimentos ou nos casos previstos pelo Regimento Interno.

**§ 2º.** Os (as) Conselheiros (as) de que trata o inciso I serão indicadas no prazo de 10 (dez) dias pelo Prefeito Municipal, e poderá ser substituído (a), a qualquer tempo, mediante nova indicação;

**§ 3º.** Os (as) Conselheiros (as) de que trata o inciso II deverão ser indicadas no prazo de 10 (dez dias) pela direção das entidades e/ou organizações que representam.

**Art. 5º.** O mandato dos (as) Conselheiros (as) será de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição por mais um período consecutivo.

**Parágrafo único.** Os (as) Conselheiros (as) não poderão ser destituídos sem o devido procedimento interno, salvo por razões que motivem a deliberação da maioria qualificada do Colegiado Pleno, ou por desistência, inatividade ou impedimento, devidamente previstas e regulamentadas no Regimento Interno.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 6º.** O Conselho reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez por mês, ou extraordinariamente, por convocação de seu (sua) Presidente, por 2/3 (dois terços) de seus membros, ou por solicitação do Prefeito Municipal, sempre que necessário, e funcionará de acordo com o Regimento Interno, que definirá também o quórum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões do Plenário.

**§ 1º.** A função de conselheiro (a) não será remunerada, sendo considerada de relevante interesse público, e sendo garantida sua dispensa do trabalho durante o período das reuniões, capacitações e ações específicas do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM;



**§ 2º.** O Executivo Municipal, por meio da Secretaria de Promoção Social, prestará o necessário apoio técnico, administrativo e financeiro para a efetivação das finalidades do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, bem como fornecerá os subsídios necessários para a representação deste Conselho nas instâncias e eventos para o qual for convocado ou quando sua participação for julgada indispensável pelo Colegiado Pleno.

**Art. 7º.** Todas as reuniões do Conselho serão convocadas pelo (a) Presidente ou Secretário (a), com no mínimo 02 (dois) dias de antecedência.

**Parágrafo único.** O Conselho poderá convidar membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, e/ou do Ministério Público, bem como pessoas ou instituições qualificadas para participar das reuniões do Conselho em assuntos especiais.

**Art. 8º.** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Cunha será formado:

- I – Pela Diretoria Executiva;
- II – Pelo Colegiado Pleno.

**Parágrafo único.** O Colegiado Pleno é órgão deliberativo e soberano do Conselho.

**Art. 9º.** A Diretoria Executiva do Conselho será eleita pela maioria absoluta, do Colegiado Pleno, para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução consecutiva, e será composta por:

- I – Presidente;
- II – Vice-Presidente;
- III – Primeiro Secretário;
- IV – Segundo Secretário.



**§ 1º.** É recomendada a alternância, do governo e da sociedade civil, na Presidência e na Vice-Presidência, em cada mandato.

**§ 2º.** O (a) Vice-Presidente do Conselho substituirá o (a) Presidente em suas ausências e impedimentos, e em caso de ocorrência simultânea, a presidência será exercida pelo Conselheiro mais idoso.

**§ 3º.** O Conselho poderá criar Comissões Temáticas de Políticas Públicas e legislações, prevenção e combate à violência contra mulher, entre outras, de caráter permanente, e Grupos de Trabalho, de caráter temporário, para atender a uma necessidade pontual, ambos formados por Conselheiros (as), conforme atribuições estabelecidas pelo Colegiado Pleno e pelo Regimento Interno.

**Art. 10.** Cada membro do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Cunha terá direito a 1 (um) único voto na sessão plenária, em cada temática discutida, à exceção do Presidente, que exercerá o voto de minerva em caso de empate.

**Art. 11.** As entidades não governamentais representadas no Conselho, perderão a representatividade quando ocorrer uma das seguintes situações:

- I – Advir a extinção de sua base territorial de atuação no município;
- II – Tornar-se irregular no seu funcionamento, de forma comprovada e incompatível à sua representação no Conselho;
- III – Ser penalizada com sanções administrativas de natureza grave, devidamente comprovada.

**Art. 12.** Perderá automaticamente seu mandato, sendo substituído pelo respectivo Suplente, o (a) Conselheira que:

- I – Desvincular-se do órgão ou entidade de origem da sua representação;
- II – Deixar de comparecer em 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas, ou





em 6 (seis) alternadas durante o ano, desde que suas justificativas não sejam acolhidas pelo Colegiado Pleno, na forma do Regimento Interno;

III – Apresentar pedido de renúncia à Diretoria Executiva, que será processada conforme regras do Regimento Interno;

IV – Incurrer e/ou manter conduta incompatível ao desempenho das funções de Conselheira.

**Parágrafo único.** Os órgãos/entidades/organizações representados no Conselho, deverão ser comunicados das faltas de seus representantes a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

**Art. 13.** O Colegiado Pleno instituirá seus atos por meio de Resolução, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, na forma do Regimento Interno.

## CAPÍTULO V

### DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

**Art. 14.** Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a proporcionar suporte financeiro na implantação, manutenção e no desenvolvimento de programas e ações dirigidos à efetivação e promoção dos direitos da mulher no Município de Cunha-SP.

**Parágrafo único.** O Fundo Municipal dos Direitos da Mulher - FMDM visa assegurar recursos necessários para a efetivação das políticas públicas dedicadas à promoção da equidade de gênero, à garantia e à realização dos direitos da mulher, ao empoderamento da população feminina e ao combate à violência contra a mulher.

**Art. 15.** O Fundo Municipal dos Direitos da Mulher será gerido pela Secretaria Municipal de Promoção Social, em regime de cogestão e controle compartilhado com o CMDM, conforme diretrizes aprovadas pelo Colegiado Pleno.



**§ 1º.** A aplicação dos recursos do FMDM será realizada exclusivamente em projetos, programas e atividades previamente aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, em conformidade com o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres.

**§ 2º.** A Secretaria responsável pela gestão do Fundo deverá garantir ampla transparência, mediante publicação dos relatórios de receitas e despesas em meio eletrônico oficial, possibilitando o acompanhamento público e o controle social.

**§ 3º.** O CMDM poderá propor prioridades de investimento, deliberar sobre a alocação de recursos e requisitar informações à Secretaria gestora sempre que necessário ao exercício de sua função fiscalizadora.

**Art. 16.** Compete ao Fundo Municipal dos Direitos da Mulher, conforme resoluções do CMDM:

I – Gerir os recursos captados pelo Município, através de convênios, ou por doações ao Fundo;

II – Manter o controle escritural das aplicações financeiras, levadas a efeito no Município;

III – Liberar os recursos a serem aplicados em benefício da Política Pública voltada às mulheres;

IV – Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da mulher.

**Art. 17.** Constituem Receitas do Fundo Municipal dos Direitos das Mulheres:

I – Dotações orçamentárias do Município, créditos especiais, transferências, repasses e outros recursos que lhe forem conferidos;

II – Doações de pessoas físicas e jurídicas, de organismos governamentais e não governamentais, nacionais ou estrangeiras, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;



III – Recursos provenientes de convênios destinados ao fomento de atividades relacionadas aos Direitos da Mulher, celebrado com o Município;

IV – Produto de operações de crédito, realizadas pelo Município, observadas a legislação pertinente e destinadas a este fim específico;

V – Receitas de aplicações financeiras de recursos do fundo, realizadas na forma da lei;

VI – Recursos provenientes da aplicação de penas pecuniárias ou de transação penal, no âmbito do Município de Cunha, concernentes aos direitos das mulheres;

VII – Outras receitas legalmente constituídas, ou que vierem a ser destinadas ao Fundo.

**Art. 18.** Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher, em consonância com os objetivos estabelecidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e com o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, deverão ser aplicados da seguinte forma:

I – Financiamento total ou parcial, e promoção de programas, projetos e pesquisas direcionadas aos direitos da mulher visando a implementação de políticas públicas a serem executadas pela administração pública municipal;

II – Apoio e promoção de eventos educacionais e de natureza socioeconômica relacionados aos direitos das mulheres;

III – Programas e projetos de qualificação profissional destinados à inserção ou reinserção das mulheres no mercado de trabalho;

IV – Programas e projetos destinados ao combate à violência contra as mulheres de todas as idades;

V – Financiar programas de capacitação e de consultoria técnica às mulheres, incentivando a profissionalização, a independência financeira, o empreendedorismo feminino, a inserção e reinserção no mercado de trabalho;

VI – Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão,



planejamento, administração e controle das ações destinadas à mulher, especialmente de pesquisas, estudos e levantamentos para definição de indicadores e dados municipais, e de ações de monitoramento e avaliação de programas e serviços de atendimento às mulheres no Município de Cunha;

VII – Realização e promoção de campanhas educativas, simpósios, seminários, conferências e encontros específicos sobre os direitos da mulher, oportunizando processos de conscientização da sociedade, com relação aos direitos da mulher e à prevenção e erradicação da violência de gênero;

VIII – Programas e atividades de interesse das mulheres, inclusive emergenciais, desde que estejam de acordo com o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres.

**Parágrafo único.** Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos das Mulheres serão aplicados mediante plano de aplicação de recursos aprovado pelo Colegiado Pleno do CMDM e pela Secretaria de Promoção Social.

**Art. 19.** As movimentações dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher somente poderão ser efetivadas pela Secretaria de Promoção Social após ciência e aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, salvo situações de urgência e de mero expediente.

**Art. 20.** Os demonstrativos financeiros e funcionamento do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher obedecerão ao disposto na legislação vigente referente à Administração Direta Municipal.

**Art. 21.** Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher definir estratégias de captação de maiores recursos para a composição do Fundo, junto à sociedade civil e entidades governamentais.



**Art. 22.** Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação “Fundo Municipal dos Direitos da Mulher”, para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, sendo elaborado, mensalmente balancete demonstrativo da receita e da despesa, que deverá ser publicado na imprensa oficial, onde houver, ou dada ampla divulgação no caso de inexistência, após apresentação e aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

**§ 1º.** A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente;

**§ 2º.** Os saldos positivos verificados no fim de cada exercício serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte, a crédito do Fundo.

**§ 3º.** O exercício financeiro do Fundo coincidirá com o do ano civil.

**§ 4º.** A proposta orçamentária do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher - FMDM constará no Orçamento Municipal.

**Art. 23.** O repasse de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher para as entidades devidamente cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM observará os critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher através de ato normativo próprio e demais cominações legais pertinentes ao caso.

**Parágrafo único.** As transferências de recursos para organizações governamentais e não-governamentais se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares, obedecendo à legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com a Política Pública Municipal implantada, os serviços, programas, projetos e pesquisas aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

**Art. 24.** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM manterá



portal eletrônico próprio ou seção específica no site oficial da Prefeitura Municipal de Cunha, destinado à publicação e divulgação de informações públicas referentes às suas atividades, decisões e composição.

**Parágrafo único.** O portal deverá conter, no mínimo:

I – A composição atualizada dos (as) conselheiros (as) titulares e suplentes, com indicação de suas respectivas representações;

II – As atas e resoluções aprovadas pelo Conselho;

III – Os calendários e pautas das reuniões ordinárias e extraordinárias;

IV – Os relatórios de gestão e de aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher; e

V – Outros documentos e informações de interesse público, observada a legislação vigente sobre acesso à informação e proteção de dados pessoais.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 25.** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher elaborará o seu Regimento Interno no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua instalação.

**Parágrafo Único.** Considerar-se-á instalado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher com a publicação dos nomes de seus integrantes no órgão de imprensa oficial do município através de ato oficial.

**Art. 26.** A presente Lei será regulamentada via Decreto, no que couber.



**Art. 27.** As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

**Art. 28.** Revoga-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.751/2021.

**Art. 29.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cunha, 28 de novembro de 2025.

**Rodrigo Sérgio do Nascimento**

Prefeito Municipal



## JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,  
Nobres vereadores.

O presente Projeto de Lei tem por finalidade recriar o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, adequando suas normas, composição e funcionamento às reais necessidades de atuação do órgão no município de Cunha.

A legislação atualmente vigente, embora tenha sido um importante marco inicial, não previu de forma detalhada diversos elementos essenciais para o pleno funcionamento do Conselho, tais como: a definição das cadeiras e a distribuição paritária entre poder público e sociedade civil; a descrição das atribuições e competências do colegiado; regras claras para estrutura administrativa, funcionamento, eleições internas, quóruns, perda de mandato e substituições; a criação de instrumentos de gestão e financiamento, como o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher, indispensável para o desenvolvimento das políticas públicas direcionadas às mulheres.

A ausência desses dispositivos tem dificultado a operacionalização do Conselho e limitado sua capacidade de atuação, comprometendo o papel estratégico que ele deve exercer na formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas à promoção da igualdade de gênero e ao enfrentamento de todas as formas de violência e discriminação contra as mulheres.

A constituição proposta busca fortalecer institucionalmente o CMDM, garantindo sua natureza deliberativa, consultiva, fiscalizadora e autônoma; assegurar paridade entre poder público e sociedade civil, ampliando a participação democrática e representativa das mulheres cunhenses; criar mecanismos de gestão e transparência, especialmente com a instituição do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher; estabelecer regras claras de funcionamento, composição e processos internos, conferindo segurança jurídica e eficiência administrativa ao Conselho; alinhar o Município às diretrizes nacionais de políticas públicas para as mulheres,





garantindo maior capacidade de articulação com órgãos estaduais e federais.

Ao atualizar e aprimorar a legislação, o Município de Cunha reafirma seu compromisso com a proteção, promoção e garantia dos direitos das mulheres, fortalecendo a rede de políticas públicas e ampliando a participação social em suas decisões.

Diante do exposto, entendemos que a aprovação deste Projeto de Lei representa medida necessária, oportuna e de relevante interesse público, motivo pelo qual solicito o apoio dos Nobres Vereadores para sua aprovação.

**Rodrigo Sérgio do Nascimento**

Prefeito Municipal

